

A Empatia e a acessibilidade: estudo de caso em Cuiabá¹

La Empatía y la Accesibilidad: estudio de caso en Cuiabá

Empathy and Accessibility: Case Study in Cuiabá

Tula Kirst Romani²

Maristela Carneiro³

Resumo

O artigo explora a relação entre individualismo e acessibilidade no espaço urbano, concentrando-se nas calçadas de Cuiabá. O estudo examina como a apropriação indevida das calçadas para fins privados reflete o pensamento individualista e impacta negativamente a mobilidade e a segurança de pessoas com mobilidade reduzida e mulheres, especialmente aquelas envolvidas no trabalho de cuidado. A análise revisa a literatura sobre individualismo, destacando autores como Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman, e aborda questões de gênero no urbanismo, com referência a Leslie Kern. A pesquisa de campo registra exemplos de calçadas indevidamente apropriadas que impedem o trânsito seguro dos pedestres. O artigo aponta que o descaso com a acessibilidade e a falta de consciência coletiva representam desafios significativos para a vida das mulheres em espaços urbanos e oferece recomendações para políticas públicas e futuras pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Individualismo; acessibilidade; urbanismo; trabalho de cuidado; gênero e espaço público.

Resumen

El artículo explora la relación entre individualismo y accesibilidad en el espacio urbano, centrándose en las aceras de Cuiabá. El estudio examina cómo la apropiación indebida de las aceras para fines privados refleja el pensamiento individualista e impacta negativamente la movilidad y la seguridad de personas con movilidad reducida y mujeres, especialmente aquellas involucradas en el trabajo de cuidado. El análisis revisa la literatura sobre individualismo, destacando autores como Byung-Chul Han y Zygmunt Bauman, y aborda cuestiones de género en el urbanismo, con referencia a Leslie Kern. La investigación de campo registra ejemplos de aceras indebidamente apropiadas que impiden el tránsito seguro de los peatones. El artículo señala que la falta de accesibilidad y de conciencia colectiva representan desafíos significativos para la vida de las mujeres en espacios urbanos y ofrece recomendaciones para políticas públicas e investigaciones futuras sobre el tema.

Palabras Clave: Individualismo, accesibilidad; urbanismo; trabajo de cuidado; género y espacio público.

Abstract

The article explores the relationship between individualism and accessibility in urban spaces, focusing on the sidewalks of Cuiabá. The study examines how the improper appropriation of sidewalks for private purposes reflects individualistic thinking and negatively impacts the mobility and safety of people with reduced mobility and women, especially those involved in caregiving work. The analysis reviews the literature on individualism, highlighting authors like Byung-Chul Han and Zygmunt Bauman, and addresses gender issues in urbanism, with

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea PPGECCO-UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; tulakirst@gmail.com

³ Doutora em História; Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – PPGECCO/UFMT; Cuiabá, Mato Grosso; maristelacarneiro86@gmail.com

reference to Leslie Kern. The field research records examples of sidewalks improperly appropriated, hindering the safe passage of pedestrians. The article points out that neglecting accessibility and lacking collective awareness represent significant challenges for women's lives in urban spaces and offers recommendations for public policies and future research on the topic.

Keywords: Individualism; accessibility; urbanism; caregiving; gender and public space.

1. Introdução

De acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência), a acessibilidade é a possibilidade de que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizem, com segurança e autonomia, os espaços, o mobiliário, os equipamentos urbanos, as edificações, o transporte e os meios de comunicação (Brasil, 2015).

Uma revisão integrativa, realizada por Vanessa Vianna Cruz et al. em 2020, a respeito das barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, concluiu que as barreiras arquitetônicas são o principal elemento de impedimento para a realização das atividades por essas pessoas. Essas barreiras são obstáculos construídos que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas com alguma incapacidade transitória ou permanente e limitam a ocupação dos espaços por esses indivíduos (Oliveira & Resende, 2017).

As calçadas são elementos que merecem especial atenção no quesito acessibilidade, pois são as vias de conexão entre os diversos pontos da cidade para os pedestres. Em Cuiabá, a responsabilidade pela construção, conservação e manutenção das calçadas é do proprietário do imóvel limdeiro ao passeio público e, embora a prefeitura possua uma série de dispositivos para que essa relação de compromisso com o espaço público seja respeitada, a grande quantidade de passeios não acessíveis demonstra que esses mecanismos não estão sendo eficientes, seja por deficiência no serviço como um todo, por direcionamento de esforços a algum bairro ou região não coberta pelo estudo ou por estar completamente desativado.

A realidade observada neste estudo é um reflexo importante do pensamento individualista em prejuízo do coletivo. Muitas calçadas são inacessíveis não só pela ausência de manutenção, o que poderia indicar limite de recursos por parte dos agentes responsáveis por seu cuidado, mas porque os proprietários dos lotes assumem a calçada como seu domínio, não apenas como bem público sob sua responsabilidade. Isso fica evidente quando, por exemplo, os donos dos lotes

lindeiros à via utilizam as calçadas para acomodar soluções para problemas que deveriam ser resolvidos dentro dos limites de sua propriedade. Como veremos, isso é uma situação comum, à qual muitas pessoas recorrem, mesmo que isso signifique o sacrifício do benefício coletivo do acesso livre e seguro para todos.

Essa atitude gera questionamentos acerca da consciência da responsabilidade dos cidadãos para com as pessoas com as quais dividem o espaço na cidade, especialmente aquelas que dependem das calçadas para realizar suas atividades diárias, como ir ao trabalho, fazer compras, levar crianças à escola e à creche e acompanhar idosos que necessitam de auxílio.

O objetivo deste artigo é explorar a relação entre o individualismo, tratado aqui como uma das características da contemporaneidade, a falta de acessibilidade nas calçadas da cidade e os reflexos disso na vida das mulheres no contexto urbano. Para isso, foi realizado um estudo de caso, utilizando calçadas que foram indevidamente apropriadas por entes particulares e uma análise das formas como isso afeta a vida das mulheres na cidade.

Este trabalho foi dividido em cinco partes. Na primeira, tópico 2, apresentaremos um panorama dos principais elementos que constroem o pensamento que norteia este trabalho. Começaremos com referências ao individualismo como uma característica da contemporaneidade, utilizando o autor Byung-Chul Han e seu entendimento a respeito desse comportamento e suas consequências para o indivíduo nos dias de hoje. Traremos também o pensamento de Zygmunt Bauman e sua explicação sobre a descrença nos órgãos governamentais e o sentimento de que é necessário assumir individualmente várias responsabilidades que seriam dos órgãos reguladores, como segurança, o que reforça o pensamento individualista a que se refere Han. Em seguida, traremos alguns aspectos da relação das mulheres com o trabalho do cuidado e com a cidade e apontaremos alguns elementos que moldam essa relação. Na segunda parte, tópico 3, discutiremos algumas questões do regulamento existente em relação aos passeios públicos em Cuiabá e traremos as informações relativas ao objeto do estudo com algumas imagens que ilustram os pontos abordados. Na terceira parte, tópico 4, apresentaremos discussões e questionamentos que percorrem as relações trazidas pelo trabalho e, na quarta parte, tópico 5, faremos nossas considerações finais, onde apresentaremos nossas conclusões sobre o que foi discutido e traremos sugestões para novas possibilidades de estudos pensados a partir do processo de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho consiste em um estudo de caso, tendo como objeto as calçadas que se encontram em um percurso específico e que causaram desconforto em relação à forma como são tratados a cidade e os pedestres, em especial as mulheres que utilizam os passeios públicos na nossa cidade. Para a análise das relações verificadas entre os indivíduos e o objeto de estudo, fizemos um levantamento bibliográfico sobre a empatia, neste caso, em sua ausência, com base em autores como Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman. Por motivos de privacidade, o percurso exato utilizado para o estudo não será divulgado, mas trata-se de um trecho de 6,9 km, dentro da região leste da cidade, que é percorrido em dias úteis da semana por uma das pesquisadoras ao levar seu filho para a escola. As imagens foram produzidas em um único dia, em um período de cerca de uma hora, tempo aproximado do deslocamento feito por ela de carro.

A comparação entre as informações bibliográficas sobre o momento histórico que vivemos — de individualismo exacerbado, ausência de interesse no outro e na coletividade, além da descrença nas instituições públicas — e os espaços registrados na pesquisa de campo confirmaram a hipótese de que as mulheres são especialmente afetadas por essas ações de desrespeito aos passeios públicos.

2. Ausência de empatia

2.1. A contemporaneidade e o individualismo

De acordo com Byung-Chul Han (2015, 2017), estamos vivendo um momento histórico em que o individualismo é reforçado por uma série de elementos próprios do nosso tempo, como mídias sociais e encontros virtuais, que estão reduzindo nossa percepção do outro. Segundo o autor, a percepção do outro acontece quando este oferece ao sujeito um limite, uma negação; somente dessa maneira ele pode ser percebido. A questão é que, para Han, nossa sociedade está cada dia mais narcisista, e os indivíduos não percebem mais os limites, nem mesmo aqueles que estão entre si e o outro. Assim, o outro, por não oferecer o limite, a negatividade que permita sua configuração como ser, deixa de existir.

Han (2015) usa o pensamento imunológico para explicar sua lógica. Segundo ele, até recentemente vivíamos em um período imunológico, onde o outro era percebido com relevância, onde sua negatividade era evidente e causava reação. Agora estamos passando para um período em que esse estranho não causa mais reação, ele passa a fazer parte, assume o lugar

do exótico e não daquele contra o qual é preciso defesa. Zygmunt Bauman corrobora esse pensamento ao apontar que estamos caminhando na direção de uma “comunidade da semelhança” (Bauman, 2007, p.81), onde a alteridade externa dá lugar a um compromisso com a interação interna. A homogeneização ameniza as possibilidades de atrito entre os entes. Globalização, comunicação sem fronteiras, comércio, sistemas econômicos: estamos sob um mesmo conjunto de configurações que rege a todos da mesma forma.

Em uma escala reduzida, as oportunidades de troca para o reconhecimento do outro estão sendo diminuídas em nosso dia a dia, pois estamos trocando o contato físico pelo contato virtual. Por meio desse contato, tanto a conexão quanto o desligamento não geram consequências: não vemos o outro se aproximar ou se afastar, não o tocamos, não apertamos as mãos, e o reconhecimento do outro passa a ser o de um igual e não mais do outro. Não há experiência nos desligamentos, nem nas conexões; caímos de reuniões sem grandes explicações, desligamos a câmera ou não nos manifestamos sem que isso cause desconforto ou constrangimento. Nossos contatos estão sendo feitos em grande parte por meio das mídias sociais, e elas “... representam um estágio de atrofia social” (Han, 2017, p. 9), pois, assim, as pessoas não experienciam a interação social e o contato físico. Nessas experiências, as distâncias virtuais desaparecem, mas aumentam as distâncias físicas e, como resultado, diminuem as oportunidades de configuração de experiências com o outro. Sem a percepção do outro, desaparece a alteridade por meio da qual o outro se configura, degradando as possibilidades de pensamento no comum.

Para Han (2015, 2017), o sujeito resultante deste processo é um sujeito totalmente positivo, para o qual não existem limites ou regramentos. Ele pode tudo, transforma-se em um ser autocentrado, narcisista, único regulador de todas as suas experiências. Para o indivíduo positivo contemporâneo, o outro não é percebido em profundidade suficiente para que seja considerado. É o fim da alteridade. Além disso, esse indivíduo sofre ainda do mal do esgotamento (Han, 2015) pelo excesso de autocobrança por desempenho e produtividade. Seu maior disciplinador não é mais o outro, que não existe mais, mas ele mesmo. Como resultado, quando não atinge um objetivo, a pressão interna se transforma em vários tipos de transtornos que não podem ser facilmente superados, como depressão e ansiedade, pois estão dentro do próprio indivíduo. “Um sistema que recusa a negatividade do outro desenvolve traços autodestrutivos” (Han, 2022, p. 7).

Zygmunt Bauman (2007) acrescenta ainda uma nova característica dos tempos modernos que influencia as relações nos dias de hoje. Segundo o autor, estamos passando de uma fase sólida para uma fase líquida da modernidade. Nessa nova fase, nossas referências já não nos fornecem segurança, pois estão em constante mutação, acomodando-se a novas formas de existir. Conexões mundiais buscando controles locais, enfraquecimento de instituições governamentais que não conseguem ajustar protocolos e legislações na mesma velocidade dos acontecimentos, além da sujeição de uma série de aparatos ao mercado, exigem adaptações e mudanças de pensamento e atitudes constantemente. Tudo isso favorece o pensamento autocentrado do indivíduo, que não sente mais segurança em suas referências, pois elas estão em constante mutação. Assim, esse indivíduo puxa a responsabilidade sobre tudo para si. Tendo a oportunidade, ele assume a própria segurança, a própria saúde, o próprio sucesso, a própria fiscalização e controle. Ele se transforma no sujeito do desempenho, como descreve Han (2015, 2017), e acaba por se destruir de exaustão.

Muito além dos aspectos destrutivos do excesso de positividade sobre o próprio indivíduo, apontado por Han (2010, 2015), o aspecto que interessa a este trabalho é justamente essa perda de alteridade. A ausência da privação, repressão ou negação leva o comportamento individual ao enfraquecimento da vida coletiva, do compromisso com uma comunidade e do valor atribuído às relações interpessoais profundas. Como não se percebe mais o outro, suas dores e necessidades, não há como pensar em cuidado com o bem-estar alheio ou do conjunto, e esse descaso reflete na forma como se percebe a responsabilidade individual pelo espaço público.

2.2. As mulheres, o trabalho do cuidado e a cidade

As mulheres são especialmente prejudicadas quando a vida em coletividade deixa de ser a prioridade e o espaço público não recebe esforços e atenção. Segundo Leslie Kern (2021), as mulheres ocupam os espaços públicos de modo muito mais intrincado do que os homens. Seus deslocamentos não são lineares, como os da maioria dos homens, que saem para o trabalho de manhã e só voltam no final da tarde; em vez disso, são repletos de complexidades que os homens raramente experienciam. Muitas mulheres tiram seu sustento do trabalho informal que, em muitos casos, é realizado em espaços públicos, o que torna suas relações com a cidade mais profundas. Mesmo quando apenas se deslocam para o trabalho, como os homens, as mulheres

geralmente precisam fazer paradas extras para deixar os filhos na creche, fazer compras para a casa ou para o local de trabalho.

Essas “costuras” femininas pelos caminhos na cidade, embora já representem elementos adicionais na relação que se pode ter com o ambiente urbano, não constituem sozinhas a complexidade a que se refere Kern. No espaço público, as pessoas estão expostas a todo tipo de situação que pode ser gerada pela interação com o outro e, segundo a autora, essa relação também é mais delicada em se tratando do corpo feminino no espaço urbano. Kern aponta que as mulheres raramente têm seu espaço pessoal respeitado dentro da cidade, fazendo com que a insegurança e o medo sejam constantes para elas nesse ambiente. Isso ocorre não só por possuírem, em geral, um corpo mais frágil que o dos homens, o que as torna alvo mais comum para roubos e assaltos, mas também devido a vários fatores enraizados no patriarcado e associados à cultura do estupro, como a sujeição a assédios de vários tipos.

Kern (2021) afirma ainda que a construção dessa complexidade deve levar em consideração alguns outros fatores. O aparato rotineiro de proteção necessário para enfrentar a cidade demanda tempo, planejamento e atenção. Desvios de rotas ou ampliação das distâncias percorridas para evitar lugares considerados perigosos, adaptação da aparência para não chamar atenção indesejada e evitar abordagens, e a manutenção constante de um estado de alerta para toda e qualquer situação, por mais insignificante que pareça, são atitudes comuns para as mulheres que utilizam o espaço público de forma recorrente. Além disso, as consequências psicossociais, o gasto de tempo, energia e dinheiro envolvidos nessa equação poderiam estar sendo utilizados para efetivamente melhorar a condição de vida dessas pessoas, mas acabam sendo consumidos para garantir um direito supostamente já conquistado.

A moradia a preços acessíveis pode ser inacessível se estiver em uma área insegura. Esses custos raramente são contabilizados, mesmo quando se discutem coisas como o 'imposto cor-de-rosa'. Talvez mais óbvios, embora ainda subestimados, sejam os custos suportados quando as mulheres evitam as opções mais baratas de andar de bicicleta ou a pé para evitar o assédio. (Kern, 2021, p. 208)

Segundo Helena Hirata (2016, 2022) e Silvia Federici (2019), o trabalho de cuidado, que inclui a gestão do lar e das rotinas familiares, além do cuidado de crianças, idosos e pessoas incapacitadas temporária ou permanentemente, é frequentemente atribuído às mulheres com base em construções sociais de gênero, divisão sexual do trabalho e o patriarcado. Marília

Duarte de Souza e Deise Luiza Ferraz (2023) acrescentam que, mesmo quando não são realizados gratuitamente por um membro da família, esses serviços são oferecidos, geralmente por mulheres, em troca de uma remuneração baixa devido à pouca especialização exigida para sua execução e à grande oferta de mão-de-obra. Essas características colocam esse trabalho em um espaço de invisibilidade que afeta o planejamento e a organização dos espaços públicos, pois as decisões sobre esses lugares acabam não levando em consideração as necessidades específicas das ações que envolvem a atividade do cuidado, por serem classificadas como menos importantes.

A acessibilidade, especialmente a arquitetônica, é uma ferramenta essencial para a realização de deslocamentos, seja em recintos fechados ou na malha urbana, e compõe o escopo dos equipamentos necessários para a realização do trabalho de cuidado com qualidade. As calçadas, em especial, são as vias de conexão entre as várias “ilhas” dentro da cidade, possibilitando o deslocamento das residências aos parques, ao posto de saúde, ao mercado, às escolas, aos pontos de ônibus, entre outros locais associados à assistência, ao lazer, à educação e ao suporte ao cuidado. Quando não acessíveis, as calçadas se tornam barreiras para o deslocamento seguro pela cidade, causando, muitas vezes, o confinamento ao domicílio, tanto do assistido quanto do cuidador, sejam eles pessoas com mobilidade reduzida, idosos ou as mulheres responsáveis por eles.

3.A calçada

3.1. Espaço público e as responsabilidades legais

De acordo com o Código de Posturas do Município de Cuiabá e conforme o artigo 229 da Lei Complementar nº 4, de 24 de dezembro de 1992, é de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto. A Figura 1 apresenta um esquema das áreas de posse e de responsabilidade dos espaços na cidade.

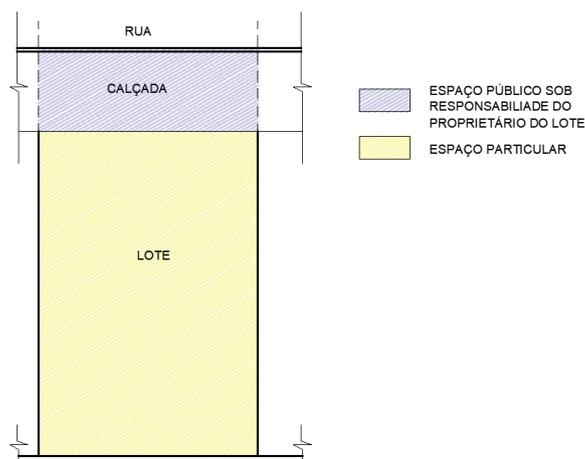


Figura 1 – Condição de responsabilidades quanto aos passeios públicos na cidade

Fonte: Produzido pelas autoras

Apesar de essa responsabilidade estar nas mãos dos proprietários dos lotes, a prefeitura oferece, de acordo com seu site oficial, uma série de mecanismos para que a acessibilidade seja assegurada aos pedestres, como o fornecimento de guias e cartilhas baseadas na NBR 9050, Norma Brasileira Regulamentadora que define os parâmetros para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos, e estabelece padrões específicos de dimensões, características e materiais que devem ser utilizados para garantir a acessibilidade aos usuários. Também é possível encontrar na prefeitura de Cuiabá incentivos à adequação dos passeios públicos, como isenção de multas para adequações realizadas dentro de um novo prazo negociado, plantas padrão e/ou orientações técnicas para a execução dessas obras. A prefeitura possui ainda mecanismos de controle, como a fiscalização, realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável e pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), que verifica o cumprimento das normas de acessibilidade, conservação e segurança dos passeios públicos por meio de vistorias periódicas, recebimento de denúncias e aplicação de notificações e multas para os proprietários que não cumprirem as exigências.

Todos esses mecanismos, no entanto, têm se mostrado falhos, pois muitas calçadas de Cuiabá não estão de acordo com as normas e diretrizes municipais para sua construção e manutenção. Além disso, pouco se vê em termos de ações para regularizar ou adequar essas calçadas, de

modo que o tráfego de pedestres sobre elas possa ocorrer de forma segura. Materiais de revestimento inadequados, inclinação irregular, ausência de sombreamento e, especialmente, a construção de elementos privados sobre o passeio, que acabam se configurando como barreiras para os pedestres, são bastante comuns. Esse tratamento dado às calçadas as transforma em mero aparato de distanciamento entre a via e o limite dos lotes na cidade, quando, na realidade, elas deveriam ser um espaço seguro, confortável e acessível para os pedestres.

3.2. O percurso e os passeios analisados

Como mencionado na introdução deste trabalho, o percurso exato utilizado para o estudo não será divulgado por questões de privacidade; trata-se, porém, de uma rota de 6,9 km na região leste da cidade. As imagens foram produzidas em um único dia, em um período de cerca de uma hora, tempo aproximado do deslocamento diário da pesquisadora no trajeto entre sua residência e a escola de seu filho em um dia de semana. O percurso é realizado de carro nos dias úteis, no período da manhã.

Durante o levantamento, foram verificadas diversas situações que comprometem a acessibilidade nos passeios públicos ao longo do percurso estudado. A maioria apresenta problemas de manutenção, como revestimentos rachados e pisos soltos, que, embora também dependam da atuação da prefeitura e dos proprietários dos lotes para retornarem a condições aceitáveis de acessibilidade, poderiam ser facilmente reparados. Além disso, esses defeitos não caracterizam necessariamente um desrespeito intencional, ligado ao descaso com a cidade, com a vida em coletividade e com os pedestres, podendo estar relacionados ao uso intenso desses equipamentos e/ou à ausência de recursos financeiros para a realização das obras de manutenção na frequência necessária.

O tipo de barreira que motivou este trabalho e que será discutido aqui é aquela imposta pelo indivíduo que, por desconhecimento dos seus limites de atuação sobre o espaço onde está inserido, por ignorância em relação às suas responsabilidades quanto ao espaço público, por acreditar que suas ações não serão punidas ou por se considerar com mais direitos sobre a cidade do que os outros, invade o espaço público para atender a demandas individuais, desconsiderando o direito ao espaço público de outras pessoas.

O primeiro exemplo de desrespeito abordado são as situações em que o passeio público foi ocupado de forma indevida, mas temporária, tornando-o inacessível. As Figuras 2 e 3 ilustram bem essa situação. Em ambos os casos, temos mulheres em processo de utilização do espaço na ação do cuidado.



Figura 2 – Cuidadora e assistido caminhando na rua para desviar da obstrução sobre o passeio público.

Fonte: Acervo das autoras



Figura 3 – Idosa com sacola de compras caminhando na rua para desviar da obstrução sobre o passeio público.

Fonte: Acervo das autoras

Nesses dois casos, fica evidente que o local destinado ao pedestre para circular com segurança foi assumido como um depósito a céu aberto para rejeitos de vários tipos. Nesse contexto, é possível concluir que a acomodação de materiais indesejáveis fora do espaço privativo é

considerada, pelos proprietários dos lotes, mais importante do que a oferta de segurança para a circulação de pessoas. Como mostram as imagens, essa atitude afeta especialmente as mulheres.

Outro tipo de apropriação do espaço público das calçadas, bastante comum no percurso realizado, é apresentado nas Figuras 4, 5 e 6 a seguir. Nelas, verifica-se o avanço de estruturas sobre o passeio, tornando-o totalmente inacessível na tentativa de acomodar diferenças de níveis entre as construções e o meio-fio, sem prejuízo do espaço privativo do lote.



Figura 4 – A escada externa (em branco), recém executada, se estende sobre toda a extensão do passeio público.

Fonte: Acervo das autoras



Figura 5 – O espaço da calçada foi rebaixado.

Fonte: Acervo das autoras

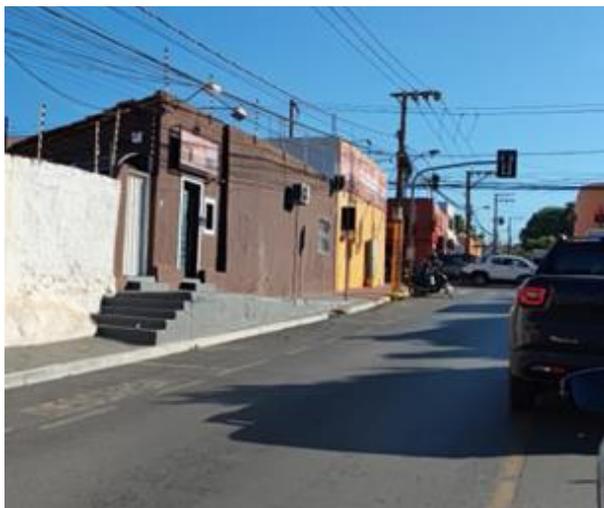


Figura 6 – O espaço da calçada foi elevado.

Fonte: Acervo das autoras

Trata-se de apropriações indevidas do espaço público para acomodar uma situação que não existia no início da história dessas construções. Como pode ser percebido pelas imagens, esses lotes possuem trechos em conformidade com o nível do passeio, que provavelmente eram os acessos originais desses lotes. Com o passar dos anos, algumas construções tiveram seu uso alterado e, com essas alterações, surgiu a necessidade de adaptar os níveis. A questão é que essa adaptação consome muitos recursos quando realizada em um espaço já construído, como aqueles dentro dos lotes, sendo muito mais fácil e barato utilizar o espaço livre dos passeios para essas adaptações.

4. Discussões

É fundamental conscientizar-se, ao ler este trabalho, de que estas imagens e situações não são as únicas que demonstram o descaso com os passeios públicos em Cuiabá. Não estamos aqui normalizando ou diminuindo a importância da manutenção constante dos passeios públicos, onde desgastes ligados ao uso e ao tempo se apresentam, como rachaduras e revestimentos soltos. Esses defeitos não estão necessariamente ligados ao descaso deliberado com a cidade e à falta de empatia com o próximo, pois podem refletir outras dificuldades, como o uso intenso do equipamento urbano e/ou a falta de recursos para a manutenção.

O que chama atenção neste levantamento é que, em um curto percurso, e em apenas uma hora de coleta de imagens, feitas nos momentos em que foi possível parar o veículo para o registro,

foi possível realizar esses cinco flagrantes, dois deles representando diretamente a maneira como esse desrespeito afeta as mulheres e o trabalho de cuidado. É importante também ressaltar que esses não foram os únicos flagrantes, mas sim aqueles que melhor ilustram o que a falta de empatia está fazendo com os espaços públicos de passeio em nossa cidade, pois demonstram a intenção de apropriação do espaço público em benefício de um indivíduo, mesmo que isso represente uma barreira intransponível para outras pessoas.

A julgar pela característica de consolidação dessas alterações na cidade, verificável pelo desgaste nas estruturas que as compõem, surge um questionamento sobre a efetividade do sistema de controle em relação a essas intervenções. Os agentes de fiscalização da prefeitura não acessam esses lugares? Existe mesmo um setor da prefeitura dedicado à fiscalização da acessibilidade nos espaços públicos?

Além desses questionamentos, podemos imaginar que talvez não existam denúncias sobre essas irregularidades. Se for esse o caso, qual seria o motivo da ausência dessas denúncias? Será que o individualismo está causando algum tipo de "cegueira" nas pessoas que passam por esses espaços e não fazem nada? E os afetados? Por que eles também não denunciam? Será que já se acostumaram com as dificuldades a ponto de não mais enfrentá-las em todos os sentidos? Estão presos em casa? Não acreditam na capacidade do poder municipal de regular os passeios públicos? Ou estariam desviando seu caminho para não passar por esses lugares, ampliando sua "costura urbana"?

Se essas denúncias estiverem acontecendo, qual o motivo para que as providências previstas no Código de Posturas do Município não sejam tomadas? Falta de pessoal para aplicar as multas? Falta de pessoal para orientar a população e auxiliar os proprietários na readequação dos espaços? Será mesmo que as ferramentas oferecidas pela prefeitura para a manutenção da acessibilidade na cidade estão ativas, como propagado pelos órgãos de aprovação de projetos e emissão de alvarás da prefeitura?

E quanto aos proprietários dos lotes, será que não estão cientes de suas responsabilidades com os passeios? Será que, em algum momento, receberam a informação de que o cuidado com o espaço público de passagem em frente ao seu lote é de sua responsabilidade, mesmo que não seja de sua propriedade? Será que essas pessoas não veem os pedestres desviando de suas intervenções e se colocando em risco para poderem chegar aos seus destinos?

5. Considerações finais

Este trabalho contribui para os estudos urbanos ao apresentar os prejuízos que um comportamento associado à contemporaneidade e sua ação sobre o espaço público causam a dois grupos específicos: pessoas com mobilidade reduzida e mulheres, principalmente aquelas envolvidas diretamente no trabalho de cuidado, por meio da análise das ações sobre os passeios públicos em Cuiabá.

O espaço público, como o próprio nome sugere, é destinado a todas as pessoas, independentemente de quaisquer construções sociais, credo ou configuração física. Regulamentos e normas de uso desse espaço são importantes para que sua ocupação coletiva seja harmoniosa e o direito de todos seja preservado.

Qualquer limitação imposta ao uso desse espaço, seja por barreiras físicas ou sociais, deve ser problematizada e discutida em busca de soluções, com estratégias e prazos de implementação para que sejam resolvidas. Ignorar questões importantes, como os desafios impostos por barreiras que dificultam o acesso à cidade, é impor limites a aspectos essenciais da vida em coletividade. A identificação dos elementos que oferecem essas barreiras, seus agentes e mecanismos de funcionamento, físicos ou sociais, e o reconhecimento de que são questões a serem solucionadas é um primeiro passo para o desenvolvimento de propostas que visem resolvê-las.

Estamos submetidos a um regime de invisibilidade para problemas cujas soluções não são fáceis, adaptando-nos até que algo grave aconteça e nos impeça de empurrar a solução para o futuro. É a liquidez do nosso tempo sugerindo que o limite não sumiu por completo. Há momentos em que é necessário mudar o curso das coisas e enfrentar as complexidades de questões que envolvem as inúmeras variáveis das relações das pessoas com a cidade para que possamos ter uma vida coletiva melhor.

Infelizmente, com o aumento do tempo gasto em entretenimento virtual, não acreditamos que experiências de conexão e desenvolvimento de relações interpessoais se ampliem em breve. Isso nos faz questionar se teremos um retorno da empatia na construção dos espaços da cidade ou se ainda teremos que contar com leis que obriguem a realização do mínimo, mesmo que essas leis não funcionem.

Para contribuir ainda mais, sugerimos a ampliação das áreas de levantamento quanto à invasão das calçadas para verificar a possibilidade de existência de um padrão nessas intervenções por área dentro da cidade, por renda, topografia, idade do bairro e das construções, condições legais dos lotes e dos proprietários. Também sugerimos o registro de outros tipos de infrações na configuração do espaço público, geradas por particulares ou pelas próprias instituições, para nortear a elaboração de políticas públicas municipais que permitam mitigar o problema da acessibilidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.
- GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. *As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, p. e0204, 2022.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. *As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome*¹. Estudos Avançados, v. 34, n. 98, p. 7-24, 2020.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes Limitada, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Agonia do eros*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- HAN, Byung-Chul. *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Editora Vozes, 2022.
- HIRATA, Helena. *O trabalho de cuidado*. Sur Rev Int Direitos Human, v. 13, p. 53-64, 2016.
- HIRATA, Helena. *O cuidado: teorias e práticas*. Boitempo Editorial, 2022.
- SOUZA, Marília Duarte de; FERRAZ, Deise Luiza. *A (Im) produtividade do Trabalho Reprodutivo e a Exaustão das Mulheres na Contemporaneidade*. Revista de Administração Contemporânea, v. 27, p. e220342, 2023.